

Domínios da volúpia e do temor: representações da vida urbana na cultura brasileira (1904-1930).

Tolentino, Thiago Lenine T.

Cita:

Tolentino, Thiago Lenine T. (2017). *Domínios da volúpia e do temor: representações da vida urbana na cultura brasileira (1904-1930)*. XVI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-019/77>

Domínios da volúpia e do temor: representações da vida urbana na cultura intelectual brasileira (1904-1930)

Tolentino, Thiago Lenine T.

Pós-doutorando, bolsista CAPES, Universidade Federal de Sergipe (UFS)

“PARA PUBLICAR EM ATAS”

A proclamação do Regime republicano no Brasil em 1889 vinha ao encontro, dentre outras coisas, de uma série de anseios demonstrados nas últimas décadas do antigo regime em torno da necessidade de uma imprecisa, porém, contundente inovação da realidade em geral. Tal condição era expressa na positivação de palavras como progresso, futuro e novo e em expressões como “era da ciência”, “século da luz” e “ideias avançadas”¹. Tendo na imagem da locomotiva o maior símbolo de tal movimento, a República seria o regime que colocaria o país nos trilhos da evolução “universal” e, não por acaso, lá está na bandeira brasileira a divisa positivista do pensamento Comteano que, ordeiramente, pressupunha a sucessão de sistemas políticos em uma ordem evolucionista irresistível em que a república científica encarnaria uma espécie de fim de história ou de sua etapa mais completa naquele período.

Escrevendo já em 1916, o crítico literário paraense José Veríssimo reunia, nas páginas da paulista *Revista do Brasil*, todo esse movimento de ideias surgido em torno de 1870 sob o nome de “modernismo”². Tais representações, notadamente nas cidades mais culturalmente dinâmicas do país à época, como o Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém tinham nos jornais e impressos em geral o seu maior suporte de divulgação. Reuniam políticos, poetas, cientistas, médicos, professores, cronistas, pintores etc. que, não raro, eram pessoas que individualmente se desdobravam em várias destas atividades. Este caráter polígrafo do intelectual brasileiro irá perdurar durante, pelo menos, até os anos 1930 e 40 do século XX. Na virada do século XIX para o XX, tal

¹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, vol 15, n 26, Rio de Janeiro, jan. 2009, p. 17.

² VERÍSSIMO, José. O modernismo, *Revista do Brasil*, São Paulo, Vol 1, Ano 1, n° 1, jan.-abr., p. 43-52, 1916.

condição era bastante recorrente, sendo raríssimos os intelectuais que se dedicaram a apenas um ou dois *métiers* específicos.

Uma vez proclamada a República, entretanto, várias dessas expectativas, para não dizer praticamente todas elas, vão se tornando verdadeiras decepções, algumas implicando em reais motivos de descrença e ceticismo em relação ao sucesso de tal regime no país. Tal processo de desencantamento pode ser avaliado em vários setores da cultura intelectual brasileira à época, agregando desde os humoristas que enchiam as páginas dos jornais com charges, crônicas, piadas e cartuns até os intelectuais especialistas, cientistas do político, do social e dos desenvolvimentos humanos que, também, ocupavam as páginas dos jornais do período. Neste sentido, é importante destacar que uma das características fundamentais da cultura intelectual brasileira é esse pertencimento da maioria dos agentes ao veículo impresso e, notadamente, o jornal periódico. Era este o suporte que garantia, cada vez mais ao longo das primeiras décadas do século XX, a divulgação, os debates públicos, provimentos e espaço para a manifestação dos mais diversos agentes. Portanto, desde já, é importante destacar que a cultura intelectual brasileira é uma cultura de jornal³.

Assim, os humoristas, ao fim do Segundo Império brasileiro, ironizavam a figura do Imperador Pedro II, chamando-o de Pedro Banana e produzindo uma série de caricaturas que expunham o rei ao ridículo. Já posteriormente à República, os mesmos humoristas passam a expressar uma espécie de humor da desilusão republicana, bem exposto nos versos de Guimarães Passos: *O século que aqui dorme / Não achará quem o pinte, / Foi em torpezas enorme / E morreu tão desconforme / Que, morrendo, deu no... XX*⁴. No âmbito econômico, a grande política que traria a novidade do sistema republicano foi a aplicação do chamado “Encilhamento”, forma pela qual ficou conhecido o plano econômico encabeçado pelo Ministro da Fazenda do Governo Provisório e a quem se atribui grande parte da redação da Constituição Republicana de 1891: Rui Barbosa.

A princípio, a nova política parecia ser a encarnação do novo econômico. Segundo o *roman à clef* de 1893⁵ escrito pelo Visconde de Taunay, ela fazia parecer que

³ Cf. TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. Do ceticismo aos extremos: cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928). Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

⁴ PASSOS, Guimarães. Apud. SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso*. A representação humorística na história brasileira: da *Belle Époque* aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 74.

⁵ Lançado em folhetins, sob o criptônimo de Heitor Malheiros, na *Gazeta de Notícias*, em janeiro de 1893, quando reunido em livro no mesmo ano, recebeu o seguinte comentário: “Os tipos do romance *O*

o “Império centralizara demais tudo, prendera com zelo exagerado as forças de propulsão do Brasil”. O ministro era um gênio, suas manobras meteriam inveja à Inglaterra, punha todos no chinelo, criaria os alicerces para “assombrosa e inabalável prosperidade”⁶. A expressão “encilhamento”, nascida como neologismo para descrição dos acontecimentos da época, exprime tal condição. Emprestada à corrida de cavalos, o *Turf*, esporte muito em moda no período, o termo faz referência ao momento em que os cavalos estão presos e neles são colocados os arreios, as cilhas, preparando-os para a disputa. A palavra traduz, assim, a experiência de um liberalismo visceral, em que todos correm à bolsa de valores atrás dos títulos que poderiam gerar a riqueza do dia para a noite, cada um por si, em busca do prêmio garantido pela livre concorrência. Os cavalos corriam atrás da grama fornecida pelos especuladores maiores. Machado de Assis parece ser aquele que melhor descreveu o significado da política do Encilhamento na sensibilidade geral especialmente da população do Rio de Janeiro:

[...] epopeia de ouro da cidade e do mundo, porque a impressão total é que o mundo inteiro era assim mesmo. Certo, não lhe esqueceste o nome, encilhamento, a grande quadra das empresas e companhias de toda espécie. Quem não viu aquilo não viu nada. Cascatas de ideias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de contos de réis. Todos os papéis, aliás ações, saíam frescos e eternos do prelo. Eram estradas de ferro, bancos, fábricas, minas, estaleiros, navegação, edificação, exportação, importação, ensaques, empréstimos, todas as uniões, todas as regiões, tudo o que esses nomes comportam e mais o que esqueceram. Tudo andava nas ruas e praças, com estatutos, organizadores e listas. Letras grandes enchiam as folhas públicas, os títulos sucediam-se, sem que se repetissem, raro morria, e só morria o que era frouxo, mas a princípio nada era frouxo. Cada ação trazia a vida intensa e liberal, alguma vez imortal, que se multiplicava daquela outra vida com que a alma acolhe as religiões novas. Nasciam as ações a preço alto, mais numerosas que as antigas crias da escravidão, e com dividendos infinitos. Pessoas do tempo, querendo exagerar a riqueza, dizem que o dinheiro brotava do chão, mas não é verdade. Quando muito, caía do céu⁷.

Rapidamente, porém, a política mostrou-se ineficaz e enganadora. Os papéis que prometiam construções de empresas, empreendimentos, investimentos e cias diversas, não passavam de meras escaramuças especulativas que garantiam apenas o lucro de

Encilhamento, se romance se pode chamar à narração de fatos verídicos, viveram, vivem na realidade”. CARVALHO, Veridiano. Prólogo. In: TAUNAY, Affonso de E. *O Encilhamento*. Cenas contemporâneas da Bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971, p. 14.

⁶ TAUNAY, Affonso de E. *O Encilhamento*. Cenas contemporâneas da Bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971, p. 52.

⁷ ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994. Disponível em: machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm09.pdf, p. 88-89.

determinados grupos. Vários acabaram caindo do cavalo, de modo que a nova política não trouxe mais que desengano e decepção.

Já a participação política teria no novo regime a expectativa da resolução dos problemas eleitorais brasileiros, tema que vinha sendo discutido durante praticamente todo o Império, mas que nunca conseguira chegar a um ponto satisfatório. A República tendo a democracia como bandeira fundamental deveria significar, ao menos, um passo à frente no sistema representativo brasileiro. Porém, o número de eleitores continuou praticamente o mesmo do antigo regime e, para piorar, a política estabelecida em 1900 pelo presidente Campos Sales, que ficara conhecida como Política dos Governadores, parecia criar apenas um substituto do Poder Moderador imperial, dispositivo este que garantia ao Imperador a anulação de decisões da Câmara e do Senado, assim como a dissolução dos gabinetes que ele considerasse inoportunos. Como afirma José Murilo de Carvalho, seguindo Renato Lessa, tratou-se de se “construir um sistema de poder que pudesse reconstituir a estabilidade conferida pelo Poder Moderador durante o Império”⁸. Assim, em seu sistema político representativo, o novo regime ficava com a cara do velho. O romancista Lima Barreto define de maneira sucinta tal situação republicana: na “República dos Bruzundangas”, “tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador – o voto”⁹.

Por estas e outras razões, os humoristas da desilusão republicana rapidamente passaram a lamentar o novo estado de coisas. Economicamente a nova política resultou em um completo desastre e politicamente as coisas pareciam continuar as mesmas. Assim, a novidade que parecia vir junto com o regime republicano se desgasta em rotina e repetição provocando um recorrente ceticismo, uma vez que sequer havia no horizonte político da época um regime mais “atual” e “moderno” do que o regime tal qual moldado na Constituição dos Estados Unidos do Brasil.

Aquilo, porém, que as instituições políticas e econômicas não garantiriam à vida comum, qual seja, a sensação do novo e da imersão do Brasil no progresso geral das nações ocidentais, pode ser vislumbrado e vivido pelas populações que residiam nas principais capitais do país a partir das grandes e médias reformas urbanas que começam a se desencadear desde o início do século XX. Outro vetor de tal sensibilidade da modernidade e do tempo de transição que lhe caracteriza na realidade brasileira foi a

⁸ CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, setembro/novembro, 2003, p. 98.

⁹ BARRETO, Lima. Apud. CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República, *Revista USP*, São Paulo, n. 59, setembro/novembro, 2003, p. 105.

significativa expansão dos veículos impressos, jornais e revistas que recorrentemente concediam significados às novas reformas, assim como descreviam a maneira como vários aspectos do novo ambiente eram vividos, compondo a verdadeira experiência da república segundo seus aspectos inovadores.

Ambas as coisas são quase indissociáveis: a cultura intelectual brasileira produziu a partir dos impressos os grandes significados das cidades reformadas que passam a ser sentidas pelos habitantes em geral segundo termos, valores, medos, convicções, debates, disputas, conflitos, emancipações, questionamentos, petições, denúncias, costumes, atualizações de moda, identidades, propagandas, imagens, hábitos, oportunidades etc. que eram reunidos nos grandes e médios jornais diários e nas revistas ilustradas periódicas. E, dentre tantas proposições e manifestações públicas, a única base realmente comum e coerente, ainda assim com algumas exceções, era o impresso, notadamente o jornal diário, que abrigava praticamente toda a cultura intelectual brasileira. De modo geral, como já explicitado por vários teóricos das reformas urbanas que ocorreram em vários lugares do mundo desde o século XIX, o sentido de tais ações:

As cidades planejadas do século XIX pretendiam tanto facilitar a livre circulação das multidões quanto desencorajar os movimentos de grupos organizados. Corpos individuais que transitam pela cidade tornam-se gradualmente desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com quem convivem nesses espaços, desvalorizando - os através da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado¹⁰.

O escritor brasileiro Sílvio Romero, no início do século XX, assim considerava as reformas levadas a cabo na capital Rio de Janeiro:

Toma-se, antes de mais nada, o ensinamento de Napoleão III, tipo de monarca bizantino em pleno século XIX: a força, o progresso, o poder, a opulência de um povo andam indissolúvelmente ligados a “*boulevards*” e “*avenidas*” na Capital. Tem-se logo dupla vantagem: impossibilitam-se as barricadas e fascinam-se as massas com as fachadas deslumbrantes. Inventam-se Haussmans; de pronto, as “Palermos” e as “Centrais”, surgem como por encanto. Contraem-se empréstimos sobre empréstimos, manipulam-se câmbios sobre câmbios, multiplicam-se impostos e mais impostos [...]”¹¹.

Assim, tais processos eram internacionais, porém, em cada realidade ganham condições, situações, representações e dilemas locais. Assim, se as avenidas e bulevares parecem realizar (e realizam contundentemente) certa homogeneização das cenografias das grandes, médias e até pequenas cidades, pois há de se lembrar dos rincões que se

¹⁰ SENNET, Richard. *Carne e Pedra*. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Record, 2003, p. 264.

¹¹ ROMERO, Sílvio. *Provocações e debates* (Contribuições para o Estudo do Brasil Social). Porto: Livraria Chardron, 1910, p. 177.

gavavam de ser uma “Petit Paris” no espírito da “*Belle Époque* caipira”¹², é a partir das produções da cultura intelectual que podemos, mais do que mensurar as estruturas de pedra de tais cidades, perceber a maneira como elas eram sentidas e interpretadas por seus habitantes, visitantes e, também, por aqueles que as contemplavam à distância ao ter contato com jornais e revistas.

Tal exercício nos dá a dimensão de uma cidade em disputa, em que muitos discursos são silenciados, no afã das “picaretas regeneradoras”, na expressão do empolgado escritor e poeta Olavo Bilac acerca das reformas no Rio de Janeiro. E é aí que se deve explorar a riqueza da produção da cultura intelectual do período. Uma vez que a Primeira República brasileira se caracterizou por um liberalismo difuso, algumas práticas ganharam uma dimensão inaudita. Uma delas diz respeito à liberdade de imprensa que, embora interrompida nos vários momentos em que algum presidente decretava o estado de sítio (e não houve presidente que não o fizesse entre 1889 e 1930), era usada e abusada por escritores, chargistas, cronistas, políticos e leitores participativos que ocupavam as páginas das seções de apêditos, coluna fundamental em praticamente todos os jornais de grande circulação. Assim, onde Bilac via regeneração e independência, o chargista, professor de Belas artes e escritor Raul Pederneiras desenhava apenas uma força destruidora de um progresso insaciável sob a legenda “viva o progresso”¹³.

As revistas ilustradas pareciam celebrar as modificações que caracterizavam o novo cenário urbano:

[...] uma compreensão sobre o moderno, cuja característica principal foi a construção de uma representação que articulou a “nova” capital modernizada à sua história e tradições, em imagens fotográficas que se combinavam para conformar uma concepção de tempo e de história na qual a modernidade, ao mesmo tempo que posiciona a sociedade brasileira no compasso das sociedades “civilizadas”, trazia, em contrapartida, uma perda da memória e do passado coletivo nacional¹⁴.

Os instantâneos expunham o prazer ostentatório, o verdadeiro desfile nas áreas renovadas, onde circulavam os grupos sociais agora celebrados. De modo que na “cidade moderna o erotismo parecia se tornar sinônimo de fruição, de prazer de sedução

¹² Cf. DOIN, José Evaldo de Melo; NETO, Humberto Perinelli ; PACANO, Fábio Augusto; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro Paziani. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) – a proposta do Cenumc. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v 27, n° 53, 2007.

¹³ PEDERNEIRAS, Raul. O mal irremediável, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 abr. 1920, p. 1.

¹⁴ OLIVEIRA, Cláudia de. Fotografia e a representação do Rio de Janeiro moderno em *Fon-Fon!, Selecta e Para Todos...* (1930-1930). In: LUSTOSA, Isabel (Org). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 320.

e de fetiche”¹⁵. Como dizia o cronista de *Fon Fon*: “francamente, eu acho que a gente deve levar a vida a rir e a divertir-se”¹⁶. O escritor Lima Barreto, que era um dos poucos que assumiam sua condição negra e, ainda assim, era relativamente reconhecido no interior da cultura intelectual brasileira, por seu turno, ironizava o quanto havia de postiço e artificial, tanto nas pedras da nova cidade, quanto na disciplina dos corpos que a habitavam. O escritor ironizava um suposto projeto de lei que visava obrigar a pessoas a usarem sapatos no centro da cidade:

Os *Hausmanns* pululavam. Projetavam-se avenidas; abriam-se nas plantas *squares*, delineavam-se palácios, e, como complemento, queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas louras, de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra. Foi esse estado de espírito que ditou o famoso projeto dos sapatos¹⁷.

Em sua expansão contínua e na promoção de novos costumes oriundos de processos diversos de modificação das culturas locais, a cidade promove novas ondas de prazeres mundanos embalados pela sensibilidade de uma República que não parece ter mais a oferecer do que os divertimentos citadinos, para quem possa pagar. Se a velocidade seria “o fato mais importante da vida moderna”¹⁸, o automóvel seria, na visão do cronista João do Rio (Paulo Barreto), espécie de *flaneur* da Primeira República brasileira, o símbolo de tal condição. De fato, é preciso verificar que através dos telégrafos e das redes comerciais abertas com países como Inglaterra, Estados Unidos e França, cada vez mais, fala-se em um mundo conectado e vive-se de acordo com a moda do *dernier bateau*. João do Rio fala em “Era do automóvel”, não mais do carro de José do Patrocínio que ia a “três quilômetros por hora”, mas do triunfal automóvel, por quem as ruas foram arrasadas e as avenidas apareceram. Provocador da vertigem geral, da obra civilizacional, transformador de tudo, até da linguagem, que a partir de então deveria ser encurtada em função dos ditames rítmicos da nova máquina. Seria capaz de provocar a língua do futuro, que será estenografada, como o FIAT com 60 HP. Mais que a linguagem, o automóvel simplificaria os negócios, a vida, o amor. Ele, o automóvel, é o impulsionador que torna milionários os jovens que nem sequer fizeram

¹⁵ OLIVEIRA, Cláudia de. Fotografia e a representação do Rio de Janeiro moderno em *Fon-Fon!, Selecta e Para Todos...* (1930-1930). In: LUSTOSA, Isabel (Org). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 325.

¹⁶ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 37.

¹⁷ BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática, p. 79.

¹⁸ SENNET, Richard. *Carne e Pedra*. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Record, 2003, p. 264.

trinta anos, que faz os meninos nascerem banqueiros, deputados, ministros, diretores de jornal, reformadores de religião e da estética, é o verdadeiro elemento do progresso:

Se não fossem os 120 quilômetros por hora dos Dietrich de *course* não se andaria moralmente tão depressa. O automóvel é o grande sugestionador. Todos os ministros têm automóveis, os presidentes de todas as coisas têm automóveis, os industriais e os financeiros correm de automóvel no desespero de acabar depressa, e andar de automóvel é, sem discussão, o ideal de toda a gente¹⁹.

João do Rio era aquele, ainda, que procurava revelar a cidade aos leitores de jornal, contando sobre as religiões praticadas em cada canto do Rio de Janeiro e descrevendo a “alma encantadora das ruas” que compunham o espaço urbano. Neste sentido, ele considera que na região da antiga Rua de Misericórdia:

Há de tudo – vícios, horrores, gente de variados matizes, niilistas romenos, professores russos na miséria, anarquistas espanhóis, ciganos debochados. Todas as raças trazem qualidades que aqui desabrocham numa seiva delirante. Porto de mar, meu caro! Os chineses são o resto da famosa imigração, vendem peixe na praia e vivem entre a Rua da Misericórdia e a Rua d. Manuel. As 5 da tarde deixam o trabalho e metem-se em casa para as tremendas *fumeries*²⁰.

A cidade torna-se ela mesma um fator de curiosidade e de perigo. Os jornais passam a explorar ao máximo os crimes chocantes que passam a ser eles mesmos objetos de crônicas e textos ficcionais que assim apresentam acontecimentos cotidianos. Se tal notícia *fait divers* já havia mostrado a sua capacidade de fazer sucesso desde o século XIX francês²¹, no Brasil, é a partir do século XX que tais produções passam a compor sistematicamente a cultura intelectual brasileira. A notícia espetacular, sensacional e contada como meio de entretenimento e informação e passa a compor o imaginário das ruas, das figuras e dos perigos que compõem a cidade. Este tipo de acontecimento era relatado pelos jornais como no caso do “flautista assassino” cujo júri foi acompanhado de perto pelo periódico *O Jornal*, com direito a fotografias do corpo de jurados e do acusado. Nestes termos, iniciava-se a narrativa dos acontecidos sobre “o emocionante crime praticado pelo flautista Álvaro Paes Leme de Abreu, que, em plena avenida Rio Branco, à luz do dia, assassinou seu sogro, José Guilherme de Souza[...]”²².

¹⁹ RIO, João do. A era do automóvel. IN: MARTINS, Luís. *João do Rio*. Uma antologia. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1971, p. 50.

²⁰ RIO, João do. *A Alma encantadora das ruas*. http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2051 p. 45

²¹ Cf. THÉRENTY, Marie-Ève. Métamorphoses littéraires 3. Le réel. La modernité littéraire. In: KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain. *La civilisation du journal*. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX^e siècle. Paris : Nouveau Monde, 2011.

²² O Júri de ontem. O flautista assassino. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1919, p. 6.

O bonde, segundo Machado de Assis, seria o meio de locomoção essencialmente democrático. Inaugurado ainda em tempos imperiais, o bonde tornou-se o principal meio de transporte nas capitais do Brasil, vindo a ser parte essencial das cidades brasileiras. Não faltaram, assim, no interior da cultura intelectual brasileira, relatos sobre acontecimentos que poderiam ocorrer no interior do bonde. Uma figura irá se destacar neste sentido: a mulher. A mulher no bonde, viajando sozinha, parecia provocar a imaginação de vários escritores num misto de sedução, mistério e pudor. Neste último sentido, o escritor católico Jackson de Figueiredo fazia as seguintes considerações em favor da censura:

[...] uma garota de quinze anos, se tanto, lia a meu lado, num bonde, um livro reconhecidamente imoral – o “Primo Basílio”, de Eça de Queiroz. [...] Ora, é evidente que nos países de organização democrática – nos países, por conseguinte, em que se faz todo o sacrifício não só para intensificar, no povo, a educação mas até para a educação caráter de uniformidade moral – único capaz de assegurar uma vida social menos agitada – não se compreende, de forma alguma, a tolerância das leis ou face do livro imoral, isto é, do livro que transforma a vantagem das letras na aquisição, mais ou menos violenta, de todos os vícios e infâmias que essas mesmas leis buscam reprimir, quando na ordem dos fatos²³.

Tais considerações não eram fortuitas. A República, para tristeza do escritor católico, havia se constituído sem a ligação constitucional com a Igreja e, na cidade republicana, várias mulheres procuraram atuar de maneiras as mais variadas: pela constituição de ligas femininas, pela atuação a favor do voto feminino, pela promoção do ensino às mulheres, pela articulação em redes de apoio mútuo etc.

No interior da cultura intelectual brasileira, algumas mulheres tratavam de temas que tinham um alto alcance na venda de livros: a literatura erótica e sensual. Tema tão largamente abordado por escritores homens, que o crítico literário Agripino Grieco chegara a considerar que “[...] depois do café e do charque, não há no Brasil produto mais valorizado que a literatura fescenina”²⁴. Alguns chegavam a utilizar pseudônimos femininos a fim de agregar ainda mais valor erótico às obras, uma vez que a mulher era vista em tais produções como ser sensual por natureza. Época das mulheres fatais, que o cinema anunciava como um avanço do feminismo as protagonistas sedutoras²⁵, a mulher, seu corpo e seu lugar no interior da sociedade estavam em constante disputa no interior da cultura intelectual brasileira. Algumas escritoras, como

²³ FIGUEIREDO, Jackson. Literatura imoral e educação. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 mai. 1921, p 1.

²⁴ GRIECO, Agripino. *Vida literária. O Jornal*, 07 de outubro, 1923, p 1.

²⁵ Cf. O feminismo avançada (publicidade). *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1926, p. 1.

Mme Chrysanthème, explorava tal campo simbólico e era assim avaliada pelo mesmo crítico literário citado acima:

Crysanthème, depois de escrever lindas histórias para crianças, revelando-se uma das mais encantadoras “femmes de lettres”, entrou a escrever livros meio escandalizantes, como “Enervados” e “Uma Paixão”. Passou a por venenos borgianos nas suas compotas de manga ou caju. Seus heróis dantes faziam apenas orgias domésticas com chá, a tisana elegante dos ricos: hoje, atiram-se à morfina e à cocaína. Madame Chrysanthème descreve agora de preferência mostruário de homens da Avenida e quase todos os seus heróis são Narcisos dos espelhos do Alvear, arrotando éter e licores caros. Suas heroínas praticam uma espécie de donjuanismo feminino. Nelas, o carmim é o único róseo do pudor, e perdem mais tempo polindo as unhas que os sentimentos. Quando se fazem de ingênuas, são ingênuas de teatro, ingênuas libertinas...²⁶

No mesmo sentido, e ainda conforme apontava Grieco, um escritor como Théo Filho assim compunha o cenário urbano:

Sua gente preferida são os temperamentos aberrativos, paradigmas de canalhice, loucos ou imbecis dados a idílios bestiais, sujeitos mal educados e bem vestidos, mulheres de lábios e cabelos pintados, jogadores de campista, gozadores de cocaína e morfina, políticos venais, banqueiros ladravazes, e da plebe o sr Théo apenas vê, nas tascas e outros lugares sórdidos, velhas devassas, carregadores e peixeiros, moleques que têm gestos obscenos de saguim irritado; sendo de notar o profundo desprezo com que ele, bairrista excitado, todo louvores para o bairro do Catete, fala nos moradores do Meier²⁷.

O mesmo bonde que seria o mais democrático dos transportes poderia representar algum risco, se fosse o caso de irromper-se alguma greve ou movimento mais violento de caráter trabalhista. Um bonde poderia ser parado, evacuado e depredado. Relatos de ações terroristas pululavam na imprensa no final dos anos 1910. Muitas destas ações eram coordenadas por grupos anarquistas, de modo que além da internacionalização da comunicação, novos agentes, algo recorrente em toda história da América, chegavam constantemente ao país. No início do século XX, porém, muitos destes corpos chegavam imbuídos de ideais revolucionários, reformistas ou minimamente questionadores da República que nunca foi, segundo a imagem do bestializado que acabou por simbolizar o regime republicano brasileiro. Apesar de vários militantes anarquistas brasileiros questionarem tal preeminência dos estrangeiros na promoção do anarquismo no Brasil²⁸, as políticas públicas não titubeavam em

²⁶ GRIECO, Agripino. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 out. 1923, p 1.

²⁷ GRIECO, Agripino. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1924, p. 1.

²⁸ SCHMIDT, Afonso. *Palavras de um comunista brasileiro à liga nacionalista e à mocidade das escolas*. Rio de Janeiro: s/ed, 1920.

reforçar as práticas de expulsão e repressão a imigrantes identificados com tal posicionamento político.

As expulsões eram noticiadas frequentemente, assim como os protestos daqueles que viam seus companheiros sendo deportados em navios de destino incerto: “Foram ontem, à tarde, distribuídos pelos operários, diversos boletins e manifestos sediciosos, protestando contra a expulsão dos anarquistas. A União dos Trabalhadores em Construção Civil, com sede à Praça da República, resolveu também, em sinal de coleguismo ao movimento de protesto, declarar-se por esse motivo, em greve”. Não se titubeava no juízo de que “o saneamento do meio proletário nacional dos perniciosos elementos estranhos que nele vivem a fazer propaganda das doutrinas subversivas, sob cuja nociva influência se convulsionam as velhas sociedades europeias, é uma medida de urgência a ser aplicada sem delongas”. Frente às ações dos anarquistas, acirrava-se a perseguição “ideológica”²⁹, em que a propriedade de determinados livros configurava-se motivo de prisão conforme o relato jornalístico:

O anarquista Antonio da Costa Coelho é um apaixonado pelas ideias anárquicas. Em seu quarto só se viam livros de extremados maximalistas, comunistas e outros opinadores da liberdade excessiva, sem limites de ação. É de pensar que o dinheiro deve ser comumente dividido entre todos e que não deve haver patrões nem chefes. Tudo deve ser igual para todos³⁰.

O outro lado da circulação prometida pela abertura das novas cidades era justamente o controle maior das pessoas, não só de seu trânsito, mas de sua condição biológica, quer dizer, de sua saúde. De fato, a própria episteme que teria ocasionado a emergência de uma nova abordagem do urbanismo moderno teria sua base nas teorias de William Harvey: “A revolução de Harvey favoreceu mudanças de expectativas e planos urbanísticos em todo o mundo. Suas descobertas sobre a circulação do sangue e a respiração levaram a novas ideias a respeito da saúde pública”³¹. No Rio de Janeiro, a partir das políticas de saneamento público de Oswaldo Cruz, em 1904, ao combater a varíola invadiu várias casas para vacinar seus ocupantes, criou brigadas e fez do atestado de vacina o documento mais importantes que um cidadão deveria portar³², em Recife, o higienismo também se fez valer com toda sua força. Na capital pernambucana, entre os anos 1909 e 1915, desencadeia-se as reformas de tipo “modernizador” que, de

²⁹ Cf. Cf. A EXPULSÃO DOS DECLARADOS ANARQUISTAS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 out. 1919, p. 4; Combate ao anarquismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1920. p. 1.

³⁰ Os anarquistas em atividade, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1919, p. 4.

³¹ SENNET, Richard. *Carne e Pedra*. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Record, 2003, p. 214.

³² Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 94-95.

um modo geral, acabaram por promover demolição das construções coloniais, verificando-se que a:

[...] atuação da medicina social congregou inúmeros interesses: a urgência da intervenção estatal na questão social, os esforços do capital comercial e financeiro em remodelar a cidade, os objetivos das elites no que se refere a disciplinar as massas e o corporativismo exacerbado da classe. Médica. Esse discurso ganha e perde força de aqodo com as epidemias. Na década de 1920 é atenuado, mas na de 1930 há uma Liga Nacional contra o Mocambo³³.

Assim, notamos que a história do urbanismo e das modificações nas cidades brasileiras durante as primeiras décadas do século XX pode ser abordada em seus variados aspectos a partir da contemplação da produção da cultura intelectual. Tal perspectiva permite-nos observar a forma como vários aspectos da vida urbana e das identidades aí forjadas se constituíram em disputas acirradas no campo simbólico do país. A Primeira República brasileira caracterizou-se por uma sensibilidade geral cética no interior da cultura intelectual. Não havia um regime mais moderno, novo e atual no horizonte ocidental até o despontar da revolução russa e da ascensão do fascismo italiano. Neste sentido, a Primeira Guerra Mundial marcou em vários sentidos as mudanças de direção simbólica da cultura intelectual. Não tratamos de tal questão porque nos temas aqui tocados a maior modificação relevante será a partir das mudanças ocorridas a partir de 1930. Até aí, apesar de ser perceptível a saída do ceticismo da cultura intelectual brasileira, especialmente nos anos 1920, com seus membros cada vez mais propensos a engajarem-se à direita e à esquerda do espectro político e a fazerem a crítica radical ao liberalismo e à democracia representativa, as grandes modificações em relação à mulher, à liberdade de imprensa, às ações organizadas e à produção dos jornais, em geral, ocorrerão na década de 1930.

Dessa forma, é preciso considerar como a Primeira República brasileira compôs um regime de baixa participação política direta, mas de grande ação política indireta pela circulação de saberes, promoção de ações conjuntas, diversificação das identidades de gênero, questionamentos acerca do sistema econômico vigente, especialmente a partir de anarquistas, socialistas e católicos, os três grupos que menos poderiam ser inseridos naquela sensibilidade cética, mas que, cada qual terá um desdobramento específico no interior dessa história. Em geral, trata-se de se reconhecer que há um vasto campo simbólico a ser explorado pela historiografia a fim de

³³ MOREIRA, Fernando Diniz. Higienismo enquanto prática urbanística: o exemplo do Recife no início do século. *Cadernos de Estudos Sociais*, v 8, n 2, jul/dez, 1992, p. 201

reconstituir e perceber os processos majoritários e minoritários que irromperam na primeira experiência republicana no país a partir da cultura intelectual, da cultura do jornal. A relação com a cidade modernizada, higienizada, perigosa e sedutora é apenas uma delas.